

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.270 - ES (2019/0052543-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : AILEEN ZANCANARO CARNIEL
ADVOGADO : ROBERTO LANCA JUNIOR - ES016691
AGRAVADO : ROSSI RESIDENCIAL SA
AGRAVADO : AURICULATA EMPREENDIMENTOS S/A
AGRAVADO : VARDAMAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - ES015111
AGRAVADO : LPS ESPIRITO SANTO - CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL - ES005875
LEONARDO LAGE DA MOTTA - ES007722
LUIZ ALBERTO MUSSO LEAL NETO - ES018793
HUMBERTO MARTINS DA SILVA - MG122333
MARCELO BONACOSSA DE CARVALHO - ES015362
RENATA FERREIRA DE SOUZA ONGARATTO - ES012568
BRUNO VERONESI PESTANA - ES016598
AGRAVADO : METRON ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO CAMPANA TRISTÃO - ES009445
ALOÍZIO FARIA DE SOUZA FILHO - ES010041
RUBENS CAMPANA TRISTÃO - ES013071
MARLILSON MACHADO SUEIRO DE CARVALHO - ES009931

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de rito ordinário, decorrente de atraso na entrega de imóvel objeto de compra e venda.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AILEEN ZANCANARO CARNIEL, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 20/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 26/03/2019.

Ação: de rito ordinário ajuizada pelo agravante em face dos agravados, decorrente de atraso na entrega de imóvel objeto de compra e venda.

Sentença: deu parcial provimento a ação, com a determinação de :

"...restituírem o valor dos aluguéis comprovadamente pagos pela requerente entre a data prevista para a expedição do habite-se e a data em que as chaves foram entregues, no total de R\$ 4.987,66 (quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), além dos demais a serem apurados em liquidação de sentença.

Condeno também as requeridas Rossi Residencial S/A, Auriculata Empreendimentos S/A, Vardaman Empreendimentos Imobiliários Ltda e Metron Engenharia Ltda a restituírem integralmente à requerente o valor despendido com comissão de corretagem e serviço de assessoria técnico -imobiliária, o que representa o importe de R\$ 7.134,48 (sete mil cento e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos)

[...].

Condeno, ainda, as requeridas Rossi Residencial S/A, Auriculata Empreendimentos S/A, Vardaman Empreendimentos Imobiliários Ltda e Metron Engenharia Ltda ao pagamento de multa de 2% sobre o valor do imóvel, por cada mês de atraso no período compreendido entre a data prevista para a expedição do habite-se (30/05/2011) e a data em que as chaves foram entregues (07/06/2013). (e-STJ, fl. 655)

Acórdão: interpostas apelações pelas partes, o Tribunal de origem, em sede de agravo interno, negou provimento às irresignações.

Embargos de Declaração: opostos pelo agravante, foi rejeitado.

Recurso especial: sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 371, 373, II, 374, I e IV, e 375, do CPC/2015, bem como do artigo 5º, LIV, da Constituição Federal. Alega, em suma, inobservância e desadequada valoração, por parte do Tribunal de origem, das provas deduzidas

pelo recorrente.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos dispositivos legais indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 655) para 18%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

